

# AVALIAÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE POLICIAIS MILITARES

Liliane Neris da Silva<sup>1</sup>  
Scheila Beatriz Sehnem<sup>2</sup>

## RESUMO

A saúde mental é um fator determinante para o bem-estar do indivíduo, visto que está associada aos aspectos psíquicos do ser humano. No âmbito do trabalho, a saúde mental se torna um tema significativo, pois, se prejudicada, pode debilitar o desempenho do trabalhador no quesito profissional e nos diversos aspectos da vida pessoal. Nesse sentido, no presente estudo buscou-se avaliar a saúde mental de policiais militares quanto à depressão, ansiedade, desajustamento psicossocial, vulnerabilidade, estresse psíquico, desejo de morte, desconfiança no próprio desempenho, distúrbios do sono e distúrbios psicossomáticos. Na pesquisa utilizou-se entrevista semiestruturada para traçar o perfil sociodemográfico e foram aplicados os testes Escala Fatorial de Neuroticismo (EFN) e Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG) para avaliar a saúde mental dos sujeitos. De acordo com os resultados obtidos, percebeu-se que os policiais entrevistados apresentaram traços de frieza emocional, estrito cumprimento às regras sociais, falta de motivação, baixo nível de autocrítica, passividade, dificuldade em dar-se conta de seus problemas e instabilidade emocional; eles apresentaram também pontos positivos, como ausência de desejo de morte e ausência de distúrbios psicossomáticos. Conclui-se que a saúde mental dos sujeitos pesquisados apresenta algumas fragilidades, que podem ter sido adquiridas ao longo do desempenho das atividades, em virtude do caráter e das especificidades da profissão, bem como os valores positivos supramencionados podem estar relacionados às experiências profissionais e/ou às características individuais dos sujeitos.

Palavras-chave: Saúde mental. Policiais. Saúde do trabalhador.

## 1 INTRODUÇÃO

A saúde mental é um fator determinante para o bem-estar do indivíduo, visto que se encontra associada aos aspectos psíquicos do ser humano. Quando a saúde mental está prejudicada, podem surgir dificuldades no convívio e na qualidade de vida do sujeito, como dificuldade para resolução de problemas, ansiedade, sintomas depressivos, desajustamento psicossocial, sofrimento psíquico, neuroses e, até mesmo, evoluir para algo mais grave, como psicoses ou transtornos mentais e comportamentais.

O bom funcionamento dos processos mentais e sua manutenção por parte do indivíduo fazem com que haja um equilíbrio na psique humana, auxiliando para que as perturbações do dia a dia não desenvolvam patologias e não causem a sensação de esgotamento, contribuindo no sentido de fornecer subsídios para o enfrentamento das agitações do cotidiano, que vem sendo cada vez mais conturbado e exigindo muito das pessoas a partir da contemporaneidade (SVARTMAN, 2011).

Nesse sentido, pode-se considerar que quem mais sentiu os reflexos dos tempos modernos foi o trabalhador, em razão das cobranças por produtividade, das pressões por concorrência e do anseio por um desempenho absoluto, além de ter que conciliar seu trabalho com todos os outros aspectos da vida: família, estudos, lazer, entre outros. A partir disso, percebe-se que o cuidado com a saúde mental é de extrema importância para todos, em especial para o trabalhador, que representa uma categoria de risco pelas particularidades às quais está submetido. Por esse motivo, a saúde mental no trabalho se torna um tema significativo, que merece devida atenção, pois, se prejudicada, pode debilitar o desempenho do

<sup>1</sup>Graduanda no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; liliane4584@hotmail.com

<sup>2</sup>Mestre em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina; Professora no Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina; scheila.sehnem@unoesc.edu.br

trabalhador no quesito profissional e também nos diversos aspectos da sua vida pessoal (SELIGMANN-SILVA et al., 2010).

A profissão de Policial Militar é um exemplo de atividade laboral que por si só traz aos seus colaboradores algumas mudanças no seu estado psíquico e emocional, por ser uma instituição que preza pela extrema ordem e respeito, com um treinamento rígido aos ingressantes e com uma exigência intensa ao cumprimento das regras institucionalizadas, que são baseadas em dois pilares: disciplina e hierarquia (PAULINO; LOURINHO, 2014).

A suscetibilidade dessa categoria deve ser avaliada pensando nas diversas circunstâncias da profissão, considerada vulnerável à produção de sofrimento psíquico em razão da tensão e dos perigos existentes no cotidiano do exercício das atividades. Em se tratando especificamente dos trabalhadores da Polícia Militar, o contexto de risco permanente vivido nas ruas soma-se ao caráter prescritivo em que o trabalho está organizado, além do sistema de disciplina e vigilância também permanentes (SPODE, 2004).

Os motivos que podem causar um desequilíbrio na saúde mental desses profissionais se iniciam no curso de formação, quando a categoria das praças e oficiais é condicionada a manter um comportamento centrado, disciplinado, organizado e resistente a pressões físicas e psicológicas. Após o curso inicia-se o trabalho com a missão de proteger a sociedade, mesmo arriscando sua própria vida, sempre, porém, com o princípio e o cuidado de agir dentro da legalidade. Com o tempo necessitam ter um controle dos seus sentimentos e emoções, podendo, com isso, desenvolver uma indiferença emocional, pois se fazem presentes nas situações mais complexas existentes na sociedade, presenciando homicídios, suicídios, assaltos, sequestros, violência e brutalidade. Além desse constante convívio com a criminalidade e da dedicação integral exigida do policial, tudo se agrava com o uso permanente da arma de fogo (ANDRADE; SOUZA; MINAYO, 2009).

Os militares permanecem em uma intensa vigília para se autoprotegerem, pois, além de serem alvo de muitas críticas por parte da sociedade, que cobra deles um bom desempenho, são alvo de muitas ameaças, por estarem diretamente ligados ao mundo do crime, da repressão das ilegalidades e da manutenção da ordem pública. Esse medo de ser reconhecido como agente de segurança durante as folgas, ou de ser morto ou agredido no desempenho de suas funções, causa uma vitimização e um constante estado de alerta nos policiais, tanto para eles próprios quanto para seus familiares. Essa forma de defesa permanece constante na mente do profissional e afeta várias áreas de sua vida, principalmente, o convívio social, pois se priva de muitas atividades ou de frequentar vários locais para prevenir que algum malefício lhe possa afetar (SOUZA et al., 2012).

Além disso, percebe-se que a identidade do policial permanece tão intrínseca nos indivíduos e intimamente atrelada à função profissional que não ocorre mais uma dissociação entre eles e a profissão, o que leva esses profissionais a se comportarem sempre conforme foram treinados, atuando de maneira semelhante em todas as dimensões de sua vida e em qualquer situação, mesmo no momento em que não estão em horário de trabalho, durante as folgas ou, inclusive, quando aposentados (SPODE, 2004).

A possível vulnerabilidade psíquica entre os policiais despertou a realização de pesquisas para evidenciar empiricamente tais aspectos. Uma análise feita por Lima, Blank e Menegon (2015) verificou a prevalência de transtorno mental e comportamental em policiais militares da região metropolitana de Florianópolis, SC, afastados para licença para tratamento de saúde, no ano 2012. A análise constatou prevalência de transtorno mental e comportamental em 24% dos entrevistados e fator de associação positiva com transtorno mental e comportamental e hierarquia. Os resultados demonstraram alta prevalência de licença para tratamento de saúde por transtorno mental e comportamental, e os dados sugeriram estudos mais específicos para fundamentar estratégias de prevenção e enfrentamento.

Outra pesquisa do ano 2015, realizada pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entrevistou 224 policiais militares do Rio de Janeiro. Destes, 22, ou seja, 10%, declararam ter tentado suicídio, e pelo menos 50 disseram ter pensado em suicídio em algum momento da vida.

Alves, Bendassolli e Gondim (2017) também produziram um estudo no qual tinham a hipótese de testar se as estratégias de atuação profunda e atuação superficial estariam positivamente relacionadas à exaustão emocional, logo, a Síndrome de Burnout em policiais militares. Portanto, adotaram o cálculo do escore de exaustão emocional: 0 a 19 pontos, nível de burnout baixo; 20 a 26 pontos, nível médio; e acima de 27 pontos, nível de burnout alto. Com base nesse cálculo, a maioria dos policiais (337 dos 525, ou 64%) encontrou-se no nível alto de exaustão emocional. Com esse resultado, sugeriu-se que a primeira hipótese foi corroborada, pois se constatou que a tentativa de modificação dos sentimentos internos (atuação profunda) e a expressão emocional (atuação superficial) são preditoras de exaustão emocional entre os policiais investigados.

Portanto, surge a hipótese de que, após algum tempo trabalhando em um ambiente de trabalho estressor, temerário e arriscado, com uma cobrança excessiva dos seus superiores e da sociedade, é possível que esses profissionais tenham a sua saúde mental afetada, sendo essa situação agravada pelo fácil acesso às armas de fogo. Afinal, o ambiente em que esses profissionais da segurança pública laboram é repleto de fatores que podem levá-los ao adoecimento, mais especificamente aos transtornos mentais relacionados ao trabalho (PAULINO; LOURINHO, 2014).

Nesse sentido, organizou-se este trabalho de investigação com o objetivo de averiguar o nível de saúde mental, levantar o perfil sociodemográfico e identificar se há indícios de depressão, ansiedade, estresse e vulnerabilidade entre os policiais militares entrevistados.

## 2 SAÚDE MENTAL

A saúde mental indica o bom funcionamento dos processos mentais e a boa interação entre eles. Também se considera que há um estado de saúde mental quando há um equilíbrio psíquico e emocional e não há presença de patologias e problemas mentais ou comportamentais.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a saúde mental como “o estado de bem-estar no qual o indivíduo realiza as suas capacidades, pode fazer face ao stress normal da vida, trabalhar de forma produtiva e frutífera e contribuir para a comunidade em que se insere.”

O cuidado com a saúde mental deve ser tão indispensável quanto o cuidado com a saúde física, visto que ela é responsável tanto pelas funções psicológicas mais básicas quanto pelas mais complexas, englobando emoções, pensamentos, raciocínio, percepções, memória, entre outros.

A nova lógica de atenção à saúde mental requer compreender o sujeito como um todo, como um ser que sofre, que enfrenta momentos desestabilizadores, como separação, luto, perda de emprego, carência afetiva, entre outros problemas cotidianos que podem levá-lo a procurar ajuda. Dessa forma, este modelo deve prestar uma atenção à saúde voltada à integração social do sujeito, procurando mantê-lo em seu contexto familiar e comunitário. Assim, família e comunidade servem como suporte fundamental para que o sujeito crie vínculos, produzindo novos modos de viver em sociedade revertendo o modelo manicomial. (SANTIN; KLAFKE, 2011, p. 148).

Conforme Ferreira et al. (2016), “A mudança de paradigma advinda da reforma psiquiátrica assume, além de uma dimensão técnica, uma dimensão cultural, na defesa por uma mudança do valor social da loucura, que permita aos sujeitos vivenciarem e participarem da vida comunitária.”

As modificações ocorridas na forma como a saúde mental é vista foram de extrema importância para a desinstitucionalização dos pacientes dos manicômios, ocorrendo, assim, uma desconstrução de práticas manicomiais, surgindo, a partir disso, a reforma psiquiátrica.

A reforma psiquiátrica consiste na transformação de saberes e práticas em relação à loucura, na percepção da complexidade do objeto de intervenção e também em recompreender o sofrimento psíquico, bem como em destruir manicômios internos e externos que têm aceitado determinadas formas de pensar e agir. Sobretudo na reinvenção de modos de lidar com a realidade. (GUEDES et al., 2010).

Conforme Barbosa et al. (2016), “A reorientação do modelo de atenção à saúde mental no Brasil proporcionou notáveis avanços na organização e na concepção dos serviços. No entanto, as resistências de superação do modelo biomédico [...] têm sido amplamente debatidas.”

Os indivíduos, no seu cotidiano, desenvolvem diversas atividades e vivenciam várias situações, além disso estão inseridos em vários contextos, como trabalho, estudos, lazer, família, entre outros. Esses fatores podem interferir no equilíbrio psíquico das pessoas, por meio da sobrecarga de tarefas e papéis sociais que vêm desenvolvendo. Esse fato afeta de forma subjetiva a saúde mental dos indivíduos, que, muitas vezes, percebem a necessidade de buscar auxílio psicológico para conseguirem lidar com essas circunstâncias.

### 3 SAÚDE MENTAL DO TRABALHADOR

O trabalho é algo muito significativo para as pessoas em virtude das influências e impactos que causa na vida delas. Em primeiro momento, pelo horário cumprido, que muitas vezes é superior ao horário que o indivíduo permanece em sua casa ou em outras atividades e, em segundo, pela identidade que confere aos trabalhadores, permanecendo como prioridade para muitos.

Nesse sentido, a saúde mental do trabalhador deve ser vista com atenção a fim de evitar patologias provenientes da atividade laborativa exercida e do contexto de trabalho em que está inserido.

A influência das características atuais do trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores pode decorrer de inúmeros fatores e situações, entre os quais, a exposição a agentes tóxicos, a altos níveis de ruído, a situações de risco à integridade física, como, por exemplo, trabalho com compostos explosivos ou sujeitos a assaltos e sequestros, a formas de organização do trabalho e políticas de gerenciamento que desconsideram os limites físicos e psíquicos do trabalhador, impondo-lhe frequentemente a anulação de sua subjetividade para que a produção não seja prejudicada e as metas estabelecidas sejam cumpridas. (SELIGMANN-SILVA et al., 2010, p. 187).

Para Vasconcelos e Faria (2008), “As práticas de Saúde Mental nas organizações coexistem com uma pressão por produtividade crescente, num ambiente extremamente competitivo, no qual o indivíduo deve estar sempre pronto para mudar e se adaptar às demandas do mercado.”

O estresse no trabalho está relacionado a situações nas quais a pessoa percebe o ambiente de trabalho como ameaçador, principalmente em relação às suas necessidades de realização e à sua saúde. O estresse no trabalho esteve associado a um aumento de 50% do risco de os empregados desenvolverem doenças coronarianas, de acordo com uma meta-análise de estudos prospectivos de coorte (DE LIZ, 2014).

A relação específica dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho conta, hoje, com 12 grupos de doenças mentais, dentre as quais se destacam o alcoolismo crônico, episódios depressivos, estados de estresse pós-traumáticos, neurastenia (síndrome da fadiga crônica), neurose profissional, transtornos do sono e sensação de estar acabado (síndrome de burnout e a síndrome do esgotamento profissional). (VASCONCELOS; FARIA, 2008, p. 455).

O aspecto “trabalho” apresenta-se como um fator relevante na saúde mental do indivíduo e atua diretamente como fonte de saúde-doença, prazer-sofrimento, satisfação-insatisfação, entre outros.

Esses fatores ocorrem em razão da organização do trabalho e também pela multiplicidade das relações objetivas e subjetivas que se estabelecem no cotidiano da relação trabalho-trabalhador. Dessa maneira, fica clara a complexidade existente no sentido da resolutividade de todas as relações que estão inseridas no contexto de trabalho (SILVA; COSTA, 2008).

O trabalhador, independentemente da atividade e função desenvolvidas, deve ter esse autocuidado com a saúde mental, pois os prejuízos causados podem trazer consequências para todos os aspectos da vida e desenvolver dificuldades no bem-estar pessoal e profissional.

#### 4 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa. Os sujeitos que fizeram parte da pesquisa foram 16 policiais militares da Cidade de Campos Novos, SC, de um total de 42 policiais, entre soldados, cabos e sargentos, que atuam na 3ª Companhia de Polícia do 26º Batalhão da Polícia Militar. Os critérios estabelecidos para a participação dos sujeitos foram: antiguidade e setor de trabalho, sendo selecionados os policiais com mais de quatro anos de serviço e que trabalham nos setores de radiopatrulha, agência de inteligência e central de emergências, ficando de fora os setores administrativo, comando e Proerd.

Foi contatado o Comandante da 3ª Companhia para a apresentação do projeto, o qual aprovou a execução no local, e por intermédio dele foi agendado com os policiais o horário de aplicação. Foi marcado para que os instrumentos fossem aplicados de forma individual, no local de trabalho e durante o horário de trabalho.

Foi utilizada uma entrevista semiestruturada com nove perguntas fechadas com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico e sete perguntas abertas, com o intuito de coletar a percepção dos sujeitos a respeito da sua profissão. Posteriormente, foi aplicado o teste Escala Fatorial de Neuroticismo (EFN), um instrumento para a avaliação de uma dimensão da personalidade humana denominada neuroticismo/estabilidade emocional, que engloba as categorias: depressão, ansiedade, desajustamento psicossocial e vulnerabilidade (HUTZ; NUNES, 2001), bem como o teste Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG), concebido para avaliar a saúde mental das pessoas, identificando a severidade do distúrbio psiquiátrico do respondente, que abrange as seguintes categorias: estresse psíquico, desejo de morte, desconfiança no próprio desempenho, distúrbios do sono e distúrbios psicossomáticos (PASQUALI et al., 1996).

Para todos os envolvidos foi disponibilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes da aplicação dos instrumentos. Todos assinaram, e, em seguida, iniciou-se a coleta de dados, que teve duração média de 60 minutos por pessoa.

Dentre os 16 sujeitos selecionados, de acordo com os critérios preestabelecidos, um estava em férias, um recusou-se a participar e três sujeitos não compareceram, totalizando uma amostra final de 11 sujeitos entrevistados.

Após a coleta, os dados foram organizados por meio da análise de conteúdo, que, de acordo com Bardin (1977), designa-se como

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Dessa forma, as informações foram analisadas mediante o que foi coletado pelos instrumentos e pela observação do pesquisador e, em seguida, foram realizadas a discussão e a interpretação desses dados.

## 5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A avaliação da saúde mental dos policiais militares ocorreu com base no estudo da saúde mental do trabalhador, visto que a atividade laboral está intimamente ligada com o bem-estar do indivíduo e pode trazer tanto uma satisfação pessoal e profissional quanto um desgaste físico, psíquico e emocional, que podem refletir em outros elementos da vida do trabalhador. A profissão do policial militar foi selecionada para a pesquisa em virtude de ser um exemplo de atividade que envolve riscos e periculosidade, escalas de trabalho noturnas e longas e “a existência de uma estrutura verticalizada, pautada numa hierarquia de poder com meios e modos próprios de definir estratégias e mediar relações de poder e mando.” (LOPES; BRASIL, 2010, p. 1). Por esses motivos, realizou-se a presente pesquisa para avaliar o nível de saúde mental em seus diversos aspectos e levantar o perfil sociodemográfico dos sujeitos entrevistados.

### 5.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Em relação ao levantamento do perfil sociodemográfico, ressalta-se a definição de demografia, que é denominada o estudo da população. Demografia é o estudo científico das populações humanas, principalmente no que diz respeito ao seu tamanho, estrutura e desenvolvimento. Por intermédio desse estudo é possível identificar e diferenciar características referentes à população de determinadas regiões ou grupos, como aspectos geográficos, sociais, culturais, políticos, entre outros (IBGE, 1969).

O perfil sociodemográfico dos sujeitos entrevistados pode ser observado na Tabela 1:

Tabela 1 – Perfil sociodemográfico dos policiais militares de Campos Novos

Variável	Feminino	Masculino
<b>Idade</b>		
20 a 30 anos		1
30 a 40 anos	1	3
40 a 50 anos		6
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>Escolaridade</b>		
Superior incompleto		2
Superior completo	1	5
Pós-graduação		3
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>Estado civil</b>		
Solteiro		2
Casado	1	8
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>Renda familiar</b>		
4 a 7 mil reais (mensal)		8
8 a 10 mil reais (mensal)	1	2
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>Composição familiar</b>		
Sujeito, cônjuge e filhos		8
Sujeito e cônjuge	1	
Sujeito e mãe		1
Sozinho		1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>

Fonte: os autores.

De acordo com o perfil sociodemográfico dos entrevistados, 10 sujeitos são do gênero masculino e um sujeito, do gênero feminino. Percebe-se historicamente que a cultura tradicional da Polícia Militar é movida pela masculinidade, dificultando, assim, a inserção de mulheres nos quadros das polícias (LOPES; BRASIL, 2010); no Estado de Santa Catarina se reservam apenas 12% das vagas às mulheres. A construção do gênero feminino “enseja uma essencialização pautada na exclusão da ideia de força, de combate, de ação, de virilidade. Ideias que, por sua vez, constroem o homem/homens e estão na base das representações sobre as atividades realizadas pelas Forças Policiais.” (MOREIRA, 2009, p. 1).

No que diz respeito à idade dos entrevistados, um possui de 20 a 30 anos, quatro possuem de 30 a 40 anos e seis possuem de 40 a 50 anos. Percebe-se maior prevalência de idades entre os 40 e os 50 anos, em razão do critério preestabelecido de tempo de serviço (acima de quatro anos) e por haver pouco interesse de permanência de policiais militares jovens na cidade em que foi realizada a pesquisa. Por intermédio de pesquisas bibliográficas, percebeu-se que o policial mais jovem possui uma maior aptidão física que o mais antigo, e que essa aptidão vai se degradando ao longo do tempo (ESTEVEZ et al., 2014). Em contrapartida, há estudos que comprovam que “policiais em serviço há mais tempo, se tornam mais resistentes aos agentes estressores, enquanto os novos recrutas são mais propensos a sofrer que estes.” (DE LIZ et al., 2014). Esse fato é comprovado nesta pesquisa, pois se evidencia que os problemas de ordem psíquica se apresentaram mais em sujeitos que estão na faixa etária entre 20 e 40 anos e menos entre os de 40 a 50 anos, apesar de estarem em maior número, como pode ser percebido na fala do Sujeito 11, de 29 anos: “Não há como desvincular totalmente a profissão dos momentos de lazer, um dia estressante no trabalho acaba se mantendo por um ou dois dias nos horários de folga, trazendo preocupações.” (informação verbal).

Em relação à escolaridade, três sujeitos são pós-graduados, seis possuem ensino superior completo e dois deles possuem ensino superior incompleto. Não se evidencia grande variação de escolaridade; o que se pode ressaltar é que para os sujeitos mais antigos de profissão não era exigido nível superior; o que se modificou para os sujeitos mais jovens, em que é exigido tal nível. No entanto, sabe-se que o fator escolaridade pode modificar os níveis de habilidades sociais para lidar com as situações do dia a dia e influenciar os comportamentos. De acordo com os estudos de Pinho, Fernandes e Falcone (2011), o ensino superior influencia a experiência empática, e essa influência pode ser entendida em razão das oportunidades oferecidas pela vida acadêmica, que cria oportunidades diversas para o desenvolvimento moral do indivíduo, bem como para o desenvolvimento de processos cognitivos mais complexos. No entanto, Rebouças, Legay e Abelha (2007), em seu estudo, observaram que quanto maior a escolaridade do profissional, menor a satisfação em relação ao trabalho.

A renda familiar dos sujeitos encontra-se entre quatro e 10 mil reais, e essa variação está relacionada ao grau hierárquico, se o cônjuge ou familiares também exercem atividade remunerada e se o sujeito possui alguma renda extra. Os sujeitos não apresentaram reclamações quanto à questão de renda e remuneração, o que pode ser considerado um ponto positivo, visto que o fator financeiro influencia de maneira significativa o estado mental. De acordo com Viseu et al. (2015), durante fases de turbulência econômica, aspectos como ameaça financeira e dificuldades econômicas têm impacto significativo sobre o estresse, a ansiedade e a depressão.

Na questão do estado civil, nove sujeitos são casados e dois são solteiros, e na composição familiar, oito moram com cônjuge e filhos, um mora com o cônjuge, um mora com a mãe e um mora sozinho. Percebe-se, dessa forma, uma predominância de sujeitos que já construíram uma família, com cônjuges e filhos, e que essa família funciona principalmente como uma rede de apoio, uma vez que é muito citada nos relatos dos sujeitos durante a entrevista. Percebe-se tal fato na fala do Sujeito 2: “Muitas vezes minha profissão

atrapalhou a convivência com a família, pois trocamos a nossa família para atender à família dos outros.” (informação verbal). De acordo com Campos (2004), a família é um sistema de suporte considerado referência no cuidado básico do ser humano, podendo proteger, ajudar, acelerar os processos de cura e aumentar a sobrevivência. “A percepção do policial quanto ao suporte social e familiar construído durante sua vida é fator essencial para sua saúde, inclusive para a percepção de segurança emocional e compromisso nas relações.” (GUEST; BIASINI, 2001). Por intermédio dos instrumentos aplicados, percebeu-se que os sujeitos apresentaram muito mais preocupações com a família do que consigo mesmos, tanto em relação a ameaças físicas quanto a problemas emocionais. Por outro lado, os testes com o sujeito que é solteiro, mora com a mãe e não tem filhos apresentaram percentis mais altos e problemáticos que os demais. É possível perceber a importância do suporte familiar para esses indivíduos pelos relatos coletados na entrevista, pois seis dos 11 sujeitos entrevistados citaram a família como fator de grande importância. Tem-se também como exemplo a fala do Sujeito 8: “Tenho medo de levar um tiro, de morrer e deixar minha família. Quando saio com eles, não consigo aproveitar completamente, pois tenho que ficar me cuidando e cuidando deles.” (informação verbal). Castro e Cruz (2015) citam que o “suporte social e familiar são indicadores de que a retaguarda dessas redes pode fazer o diferencial na manutenção da saúde do policial e conferir a ele resiliência e fortalecimento no enfrentamento das demandas nocivas do trabalho.”

Por meio dos instrumentos aplicados, também se obteve informação referente ao perfil profissional dos sujeitos, já que as características dos indivíduos dentro da instituição revelam particularidades em relação ao sujeito enquanto profissional.

Tabela 2 – Perfil profissional dos policiais militares de Campos Novos

<b>Setor</b>	<b>Feminino</b>	<b>Masculino</b>
Radiopatrulha	1	5
Agência de inteligência		2
Central de operações		3
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>Tempo de serviço</b>		
4 a 5 anos		4
15 anos	1	
20 a 24 anos		6
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>Posto/Graduação</b>		
Sargento	1	5
Cabo		1
Soldado		4
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>10</b>

Fonte: os autores.

Em relação ao setor de trabalho, seis sujeitos trabalham no setor de radiopatrulha, que é a modalidade de policiamento ostensivo, realizada por um conjunto de indivíduos e materiais (viaturas com rádio), empregados de forma técnica, tática e operacional, em permanente contato com uma central de operações (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2018); dois sujeitos atuam na agência de inteligência, que é o setor de investigação da instituição, o qual atua com policiamento velado, sem fardamento, na obtenção, produção e salvaguarda de conhecimentos e informações que subsidiem ações para neutralizar, coibir e reprimir atos criminosos de qualquer natureza (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2018); e três sujeitos atuam na Central de Operações da Polícia Militar (Copom), que exerce a coordenação do policiamento ostensivo preventivo e repressivo no combate ao crime e contravenções,



além de receber atendimentos telefônicos de emergência e realizar acompanhamento das câmeras de videomonitoramento (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2018).

Quanto ao tempo de serviço, quatro sujeitos possuem entre quatro e cinco anos de trabalho, um sujeito possui 15 anos de trabalho e seis sujeitos possuem entre 20 e 24 anos de serviço. Nessa questão, percebeu-se que há maior prevalência de policiais com maior tempo de serviço; por isso novamente é citada a questão sobre o critério preestabelecido de tempo de serviço (acima de quatro anos) e o fato de que há pouco interesse de permanência de policiais militares mais jovens na cidade em que foi realizada a pesquisa.

A variável posto/graduação significa a ordenação dos profissionais dentro da hierarquia militar, ou seja, a ordenação da autoridade em níveis diferenciados dentro da estrutura da Corporação. A ordenação se faz por postos (classe dos oficiais) ou graduações (classe das praças) e, dentro de um mesmo posto ou graduação, faz-se pela antiguidade (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2018). Como foram investigados somente sujeitos da classe das praças, é falado apenas em graduação, na qual a hierarquia acontece da seguinte forma: soldado < cabo < sargento < subtenente (GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS, 2018). Entre os sujeitos entrevistados, seis deles são sargentos, os quais adquiriram tal patamar em virtude do tempo de serviço ou por concurso interno e são geralmente responsáveis por atividades de comando do policiamento ou central de operações; um dos sujeitos possui graduação de cabo, sendo que adquiriu tal patamar por tempo de serviço e trabalha na central de operações; e quatro dos sujeitos possuem graduação de soldado e atuam principalmente no setor de radiopatrulha, e dois deles atuam também na agência de inteligência. Esse quesito da seleção interna dos profissionais para promoção mediante provas é um dos aspectos que pode afetar a saúde mental, podendo causar estresse, preocupação, ansiedade, autocobranças e sentimento de incapacidade entre os indivíduos. Esse sistema de hierarquia e intenso cumprimento das ordens também pode causar problemas de ordem psíquica nos policiais, que se preocupam intensamente em cumprir o que foi estabelecido, sentindo grande medo de falhar e serem punidos. Tal fato pode ser verificado na fala do Sujeito 10: “Considero a profissão do policial estressante em termos de hierarquia dentro da instituição e em termos de ocorrências, por termos que lidar com o público em geral.” (informação verbal). Segundo Spode (2004), a “hierarquia e disciplina são o cerne da organização policial militar e delas derivam uma gama de prescrições e um sistema de punições e recompensas que incidem diretamente na execução do trabalho e nas relações que se estabelecem entre os policiais.” É possível verificar tais preocupações em seis dos 11 sujeitos entrevistados, e apresenta-se como exemplo a fala do Sujeito 6: “Recebemos punições internamente, e isso acaba nos deixando nervosos, pois atendemos ocorrências perigosas ou que não ficam bem resolvidas, que podem nos prejudicar no futuro.” (informação verbal).

Percebe-se por meio dos relatos dos sujeitos que o estresse e a tensão estão relacionados muito mais à pressão e cobrança internas da corporação do que propriamente pelo desempenho da profissão na sociedade. Também é possível identificar sentimentos constantes de medo de punições e medo de fracassar.

## 5.2 SAÚDE MENTAL DOS SUJEITOS

A avaliação da saúde mental dos policiais militares ocorreu considerando as características da profissão, uma vez que está associada ao contato rotineiro com situações de violência, criminalidade e periculosidade. Além disso, a instituição militar é pautada por dois pilares: hierarquia e disciplina, que acabam exigindo dos trabalhadores um comportamento regrado e correto em tempo integral (SPODE, 2004). Tais motivos impulsionaram a pesquisa dos aspectos mentais, psíquicos e emocionais desses profissionais, a fim de avaliar se há sofrimento psíquico decorrente do exercício das atividades laborais.

Referente à saúde mental dos sujeitos, foram avaliados aspectos gerais e específicos, sendo obtidos resultados relativos à: ansiedade, depressão, desajustamento psicossocial, estresse psíquico, desejo de morte, distúrbios do sono, distúrbios psicossomáticos, desconfiança no próprio desempenho, vulnerabilidade e, em um contexto geral, resultados relativos à saúde geral e escala geral de neuroticismo. Tais fatores foram avaliados por meio dos instrumentos Escala Fatorial de Neuroticismo (EFN) e Questionário de Saúde Geral de Goldberg (QSG), e os resultados são apresentados na Tabela 3:

Tabela 3 – Alterações gerais nos percentis dos sujeitos

Fator	N. sujeitos com percentis abaixo	N. sujeitos com percentis acima	N. sujeitos com percentis limítrofes	N. sujeitos com percentis normais
<b>Escala Fatorial de Neuroticismo</b>				
Vulnerabilidade	4	-	-	7
Desajustamento psicossocial	5	-	1	5
Ansiedade	6	2	-	3
Depressão	7	-	1	3
Neuroticismo	4	-	1	6
<b>Questionário de Saúde Geral de Goldberg</b>				
Saúde geral	-	1	-	10
Estresse psíquico	-	1	-	10
Desejo de morte	-	-	-	11
Desconfiança no próprio desempenho	-	1	-	10
Distúrbios do sono	-	2	-	9
Distúrbios psicossomáticos	-	-	-	11

Fonte: os autores.

Por intermédio dos resultados obtidos, percebeu-se que alguns indivíduos entrevistados apresentaram percentis dentro da normalidade, outros abaixo da normalidade, outros acima da normalidade e também percentis limítrofes em alguns fatores.

Em relação ao fator Vulnerabilidade, que avalia o quão intensamente as pessoas vivenciam sofrimentos em decorrência da aceitação dos outros para consigo, quatro sujeitos apresentaram escore abaixo da normalidade, o que indica indivíduos caracterizados por independência em relação a outras pessoas, frieza e falta de sensibilidade. Podem ser individualistas e não se preocupar com as opiniões alheias. Isso se evidencia na fala dos Sujeitos 6 e 10: “Atualmente, não tenho nenhum medo de desempenhar minha função.” (informação verbal). Tal informação corrobora os estudos de Coelho-Alves, Bendassolli e Guedes-Gondim (2017), que citam que a atuação do policial tem um custo, pois exige um esforço de fingir o que não se sente, mudar estados internos e se manter em conformidade com as regras de exibição emocional. Nesse sentido, a frieza e a falta de sensibilidade emocional acontecem pelo fato de suprimirem as emoções e deixarem transparecer somente aquelas que são “aceitáveis” ao policial, para não demonstrarem sentimentos de fraqueza e fragilidade. Os autores citam, ainda, que o uso frequente de estratégias de supressão pode aumentar o risco de períodos prolongados de depressão e emoções negativas.

Referente ao Desajustamento Psicossocial, que avalia sintomas típicos de transtorno de personalidade antissocial e borderline, com itens que descrevem descaso com regras sociais, cinco dos entrevistados apresentaram escore abaixo da normalidade, podendo representar indivíduos que apresentam um cuidado excessivo com regras sociais e um extremo cumprimento delas, podendo aceitar e cumprir padrões que lhes desagradam sem declinar ou se oporem. Esse medo de se opor ou

não conseguir cumprir regras pode ser percebido na fala do Sujeito 2: “Tenho medo de me deparar com situações em que eu não consiga resolver, pois somos muito cobrados para resolvê-las de alguma forma.” (informação verbal). Em um dos entrevistados o percentil mostrou-se limítrofe, portanto está dentro da normalidade, mas em situação de risco, uma vez que é crescente a ocorrência de sintomas. Dessa forma, presume-se que tais policiais cumprem rigorosamente as normas sociais impostas, mesmo que não concordem totalmente com elas. Isso pode ser considerado uma consequência da cultura da instituição, que é pautada por diversas regras, e, desse modo, o conjunto dessas regras que determinam as condutas certas e erradas do trabalho acaba sendo levado como princípio de vida para os profissionais, norteando seus comportamentos mesmo nos momentos de folga, fazendo com que tomem cuidado com suas atitudes e sua autoimagem enquanto policiais (SPODE, 2004).

Quanto à escala de Ansiedade, que agrupa sintomas dos transtornos de ansiedade (pânico, fobia, agorafobia, entre outros), seis dos respondentes apresentaram percentis abaixo da normalidade, o que pode refletir uma falta de motivação e adaptação, podendo envolver-se em situações de risco sem colocarem-se suficientemente alertas. Pode-se citar que esse fator está de acordo com o fator Vulnerabilidade, que apresentou características de frieza e falta de sensibilidade, apresentando pouco cuidado consigo mesmo e supressão das emoções (COELHO-ALVES; BENDASSOLLI; GUEDES-GONDIM, 2017). Ainda no fator Ansiedade, dois entrevistados apresentaram percentis acima da normalidade, o que pode identificar instabilidade emocional, variação de humor e da disposição, irritabilidade, perda de controle, atitudes inesperadas, fugas de ideias e menor capacidade de concentração, como pode ser verificado na fala do Sujeito 2: “No meu trabalho já *prejudiquei minha saúde mental, me sinto um pouco bipolar, às vezes está tudo bem e já modifico o comportamento sem medir consequências, com impulsividade.*” (informação verbal). A atuação do policial militar exige, de certa forma, uma atenção constante, em razão do perigo ao qual está sempre submetido no desempenho de sua profissão e pelo temor de ser pego desprecebido em algum momento. O trabalho relacionado ao atendimento de ocorrências, na qual os policiais estão sempre submetidos a situações extremas, em momentos mais brandos ou em momentos urgentes e perigosos, acaba exigindo uma oscilação severa de humor e comportamento. Dessa forma, presume-se que após um tempo trabalhando com a atenção tão focada e alerta pode ocorrer uma variação de atenção, um aumento da ansiedade, impulsividade e, até mesmo, uma instabilidade emocional (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007). Pode-se evidenciar sintomas de fobia, que é uma característica da ansiedade, na fala do Sujeito 3: “Atualmente tenho medo de alguém fazer alguma espera para mim, em casa quando chego ou saio de madrugada ou no quartel, pelas ameaças de facções. Até me perguntei se eu não estava com síndrome do pânico.” (informação verbal).

Em relação à escala de Depressão, que avalia os padrões de interpretações que os indivíduos apresentam sobre os eventos que ocorrem ao longo de suas vidas, sete dos sujeitos apresentaram escores abaixo da normalidade, o que indica um baixo nível de autocrítica, uma posição muito passiva e uma dificuldade em dar-se conta de que estão enfrentando problemas efetivos. Em um dos entrevistados o percentil apresentou-se limítrofe, demonstrando uma tendência a sentimentos de solidão e uma menor emoção nas situações que vivencia. “A depressão é resultado da influência mútua que o policial recebe da interação vivenciada por ele, através do meio interno e externo que é obrigado a conviver diariamente e através da percepção que o sujeito traz diante da capacidade de resposta e enfrentamento.” (COSTA; ESTEVAM, 2014), como pode ser visto no relato do Sujeito 1: “Tenho medo de morrer no desempenho da minha profissão, acho que o policial que diz que não tem medo de morrer está mentindo.” (informação verbal).

Na Escala Geral de Neuroticismo, que identifica o nível crônico de ajustamento e instabilidade emocional, quatro dos sujeitos apresentaram escores abaixo da normalidade, apontando um nível

de desajustamento, instabilidade emocional e diferenças individuais com padrões associados a um desconforto psicológico. Nesse mesmo quesito, um deles apresentou escore limítrofe, considerado situação de risco, uma vez que é crescente a ocorrência de sintomas. No caso das instituições policiais, há a necessidade de expressar ou suprimir emoções diversas, desde ser simpático e acolhedor com uma vítima, até ser hostil e inquiridor com um criminoso. Essa diversidade é considerada fonte de dissonância emocional, haja vista a grande probabilidade de que nem sempre os policiais estarão, de fato, sentindo o que precisam expressar (VAN GELDEREN, 2013), o que justifica a instabilidade emocional. Nesse sentido, pode-se citar o relato do Sujeito 11: “Meu maior medo é o descontrole emocional, afetando o dia a dia em que é exercida a profissão e também nos momentos de folga, que inevitavelmente acaba trazendo as situações ocorridas em serviço para casa.” (informação verbal).

Referente à avaliação da Saúde Geral, que avalia o quão saudável mentalmente o indivíduo se apresenta, um indivíduo apresentou percentil acima da normalidade, o que indica que pode se encontrar em um processo que dificulta um funcionamento psíquico normal, podendo ser vítima de uma disfunção sobre a qual não tem controle e que o incapacita para uma vida pessoal e social satisfatória. *É possível verificar essa disfunção por meio da fala do Sujeito 9: “A profissão causa muito sofrimento psicológico, porque temos que saber trabalhar com diversas situações difíceis e não absorvê-las, para não levar para casa e descontar na família.”* (informação verbal). De acordo com o que foi pesquisado e avaliado, percebeu-se que tal disfunção na saúde geral pode estar associada ao exercício das funções, pois quando os indivíduos iniciam seu trabalho na instituição são submetidos a diversos testes, não apresentando nenhuma disfunção, somente apresentando tais características e sintomas com o passar do tempo e/ou do desempenho das atividades.

Podemos inferir que os policiais, sobretudo os operacionais civis e militares, vivenciam um conflito entre o enfrentamento desejado pela instituição que ressalta os atributos e as marcas da masculinidade e os sentimentos de medo da morte, justificados pelas situações de risco reais e imaginárias a que estão submetidos. É urgente que nos comovamos com as absurdas taxas de morte dos policiais, ressaltando que não existe fatalidade nessa imensa perda de vidas que tanto afeta as famílias e a sociedade como um todo. (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007).

Quanto ao Estresse Psíquico, que é uma resposta fisiológica e psicológica aos acontecimentos que perturbam o equilíbrio pessoal, um indivíduo apresentou percentil acima da normalidade, sugerindo dificuldade em lidar com fatores estressantes e resistir às tensões do cotidiano, podendo experimentar irritação, cansaço e sobrecarga, que tornam a vida uma luta constante. Os fatores estressantes e as tensões são características frequentes nas atividades dos policiais, e esses fatores podem desencadear irritações e sobrecarga, visto que constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente. Eles têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades, em que seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007). Pode-se verificar o indício de estresse na fala do Sujeito 5: “A atividade policial militar traz, além de grande responsabilidade, um estresse por conta da pressão pertinente da própria atividade que envolve a segurança das pessoas.” (informação verbal).

Em relação ao Desejo de Morte, que evidencia basicamente o desejo de acabar com a própria vida, já que ela se apresenta como inútil, sem sentido e sem perspectivas, os 11 sujeitos apresentaram percentis considerados dentro da normalidade, indicando ausência de ideação suicida. Esse fator indica um resultado positivo aos sujeitos, pois “em sua gênese, a atividade policial está ligada à gestão das relações sociais entre os indivíduos e grupos, tornando possível manter a harmonia e a paz entre todos.” (RODRIGUES, 2010). Dessa forma, é de grande importância para o exercício da profissão que os policiais mantenham a característica de ausência de desejo de morte, demonstrando, assim, uma perspectiva de

vida e expectativas em relação ao futuro, podendo auxiliar ainda mais o público atendido na gestão das situações problemáticas.

No que diz respeito ao fator Desconfiança no próprio Desempenho, que expressa a consciência de ser capaz de desempenhar ou realizar as tarefas de forma adequada, um dos entrevistados apresentou percentil acima da normalidade, sugerindo falta de autoconfiança para realizar as tarefas diárias e falta de confiança nas próprias habilidades para solucionar possíveis dificuldades. Tal fato é evidenciado no relato do Sujeito 11: “Todos os dias existem momentos de tensão e preocupações, ocasionados por problemas que são resolvidos, ou não, nas ocorrências policiais. Bem como a instituição é altamente corporativa e hierarquizada, várias vezes impondo obrigações não aceitas como um todo dentro do órgão.” (informação verbal). Isso pode ocorrer em razão da vitimização do policial, que pode ser alvo de retaliações pelo desempenho da profissão, que visa reprimir a criminalidade e manter a ordem pública e também pode ser alvo de punições internas por um desempenho inadequado, gerando essa insegurança em relação ao seu desempenho. Tal vitimização se materializa em traumas, lesões ou mortes, ocorridos na defrontação com a criminalidade e na manutenção da ordem (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2007).

Quanto aos Distúrbios do Sono, que se referem a problemas relacionados com o sono, como insônia e pesadelos, dois indivíduos apresentaram percentis acima da normalidade, o que indica dificuldades no estabelecimento e na manutenção de condições adequadas para um sono saudável e efetivo.

Em relação às características ocupacionais, a carreira militar tem especificidades que podem apresentar-se como nocivas à saúde do policial, como a exposição a situações de risco e a privação do sono, em função dos turnos de trabalho. Assim, a rotina de trabalho, bem como os hábitos adotados, pode ser fator determinante no surgimento de diversos fatores de risco para a saúde dos policiais e o comprometimento da quantidade e qualidade do sono. (BERNARDO et al., 2018).

É possível verificar esses problemas no relato do Sujeito 11:

*É uma profissão altamente estressante; diariamente há situações com problemas de pessoas. Por outro lado, poucas vezes em que tenha momentos mais tênues. Na questão física, o ponto da alimentação desregrada, subnutrida e insuficiente prejudica a saúde como um todo, bem como a má qualidade do sono, que interfere muito no cotidiano do profissional. (informação verbal).*

Relativo aos Distúrbios Psicossomáticos, que expressam problemas de ordem orgânica, os 11 indivíduos apresentaram percentis dentro da normalidade, o que indica ausência de problemas de ordem orgânica, indicando a capacidade de os indivíduos identificarem e expressarem sentimentos de forma adequada. Tendo em vista a atividade do policial militar, como responsável pela manutenção da ordem pública, lidando com situações de conflito, desobediência à lei e zelando pelos direitos individuais dos cidadãos (SILVA, 2011), esse resultado é visto como positivo, pois nessas situações de conflito, o profissional treinado e sabendo lidar com o manejo de sentimentos poderá auxiliar fortemente na resolução de problemas, desenvolvendo melhor sua tarefa.

Em relação aos resultados obtidos por meio da entrevista aplicada, com perguntas abertas, nove policiais consideraram a profissão estressante; seis consideraram que a profissão atrapalha a vida pessoal; dois não se sentem realizados com a profissão; sete possuem algum medo, de morrer, de receber punições ou medos relacionados à família; sete já pegaram atestado por problemas físicos ou relacionados à família; dois já tomaram remédios para problemas de ordem psíquica; dois disseram que a profissão em algum momento prejudicou sua saúde física; e cinco disseram que a profissão em algum momento prejudicou sua saúde mental. Percebeu-se que os dados obtidos mediante entrevista corroboraram parcialmente os dados obtidos por meio dos testes, sendo possível verificar maiores

insatisfações quanto aos resultados da entrevista do que em relação aos resultados dos testes. Pode-se citar o fator estresse, no qual nove indivíduos consideraram a profissão estressante, mas apenas um apresentou percentil acima da normalidade nesse quesito. No quesito desejo de morte, pode-se dizer que os resultados concordaram, pois nenhum dos sujeitos apresentou esse desejo na testagem, e na entrevista, isso se reforçou, pois os sujeitos apresentaram, inclusive, medo da morte. Nesse caso, é importante realizar uma investigação para saber se o instrumento foi o mais apropriado para a avaliação desse público, ou se realmente está sabendo lidar de forma assertiva com os fatores considerados estressores, a ponto de não os absorver e não apresentar como patológico nos testes psicológicos.

Depois da coleta dos dados referentes aos testes psicológicos e à entrevista semiestruturada e após as pesquisas bibliográficas sobre o assunto, é possível constatar que a profissão em si pode exercer grandes influências na subjetividade dos sujeitos, nos seus aspectos social, psíquico e emocional. Em primeiro lugar, o trabalho é um fator que confere identidade, posição prestigiada e subsistência financeira, mas que pode, por outro lado, trazer solidão, individualismo, riscos físicos, medo e insatisfação pessoal. Essas consequências positivas ou negativas na mesma profissão dependerão, obviamente, de como cada ser, de forma individual, lida com cada situação vivenciada.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde mental representa um aspecto importantíssimo para o ser humano, uma vez que está associada ao bem-estar do indivíduo nas diversas áreas de sua vida. O trabalhador, por sua vez, recebe grandes influências de sua profissão na saúde física e mental, podendo ser positivas ou negativas. Por esse motivo é que a preservação da saúde mental por parte das instituições e do próprio trabalhador é indispensável a fim de que o sujeito possa seguir com suas atividades de maneira a ter um bom desempenho e satisfação em relação à sua profissão.

No presente estudo avaliou-se a saúde mental de policiais militares, visando identificar se havia indícios de sofrimento psíquico e alterações psíquicas e/ou emocionais neles decorrentes do trabalho. De modo geral, as características apresentadas pelos policiais militares (amostra de 11 sujeitos) por intermédio dos instrumentos aplicados foram: quatro sujeitos apresentaram traços de independência e frieza emocional; cinco sujeitos apresentaram traços de estrito cumprimento às regras sociais; seis sujeitos apresentaram traços de falta de motivação, adaptação e alerta; dois sujeitos apresentaram traços de ansiedade, variação de humor, irritabilidade e impulsividade; sete sujeitos apresentaram traços de baixo nível de autocrítica, passividade e dificuldade em dar-se conta de seus problemas; um sujeito apresentou traços de solidão e menor emoção nas situações; quatro sujeitos apresentaram traços de instabilidade emocional; um sujeito apresentou traços de estresse e sobrecarga; um sujeito apresentou traços de falta de autoconfiança; e dois sujeitos apresentaram dificuldades no estabelecimento e na manutenção do sono saudável. Na avaliação da Saúde Geral, apenas um sujeito apresentou resultados acima da normalidade, apresentando indícios de que não está saudável mentalmente. Citam-se, também, os pontos positivos nos resultados da avaliação, como a ausência de traços de desejo de morte e ausência de traços de distúrbios psicossomáticos entre os sujeitos, sendo características importantes para o trabalho do policial.

Igualmente, é de suma importância mencionar que os resultados da avaliação, em geral, não apresentaram variações em relação ao gênero ou tempo de serviço, mas variações em relação ao estado civil e à composição familiar, quando se pôde verificar que o sujeito solteiro, que mora com a mãe e não tem filhos, apresentou percentis mais altos e problemáticos que os demais, podendo estar relacionado tal fator com o suporte familiar ou com o reconhecimento efetivo dos problemas, que podem ficar

latentes quando o sujeito se preocupa demasiadamente com a família e não precisamente nele próprio. O estudo também apresentou variações em relação à idade, pois se percebeu que os policiais mais jovens apresentaram maiores déficits na avaliação dos aspectos da saúde mental, enquanto os policiais mais antigos se apresentaram mais resistentes aos agentes estressores inerentes à profissão.

Referente aos resultados obtidos por intermédio da entrevista, percebeu-se que os dados corroboram parcialmente os dados obtidos por meio dos testes, podendo-se verificar maiores insatisfações nos resultados do questionário do que nos resultados dos testes. Nesse caso, é importante realizar uma investigação para saber se o instrumento foi o mais apropriado para a avaliação desse público, ou se estão sabendo lidar de forma assertiva com os fatores considerados estressores, a ponto de não os absorver e não apresentar como patológico nos resultados da testagem psicológica.

As características identificadas por meio da avaliação vêm ao encontro da hipótese de que a instituição pode, de alguma forma, causar um estresse decorrente do trabalho em razão da pressão e das cobranças excessivas, causando aos indivíduos um temor intenso de terem atitudes inadequadas e receberem punições por parte dos superiores. Também se percebeu, mediante os resultados, que a frieza emocional pode ocorrer por estarem em contato direto com a violência e a criminalidade, tendo de suprimir e controlar as emoções de forma constante. A preocupação com retaliações também foi verificada na pesquisa, o que corrobora a hipótese do estado de alerta e medo, mas que se apresentou muito mais em relação à família do que aos próprios sujeitos, pois manifestaram dificuldades em dar-se conta de que estão enfrentando problemas efetivos, deslocando, dessa forma, tal preocupação aos familiares. Constatou-se, ainda, por meio dos resultados da pesquisa e da literatura disponível, que a instabilidade emocional e a variação de humor, comportamento e atitude podem estar associadas ao trabalho relacionado ao atendimento de ocorrências, em que os policiais estão sempre submetidos a situações extremas, ora em situações consideradas mais tranquilas, ora em situações de perigo e urgência, exigindo uma oscilação severa de humor e comportamento.

No entanto, também se pôde perceber resultados positivos na avaliação, verificando-se um considerável número de policiais que, mesmo atuando nas condições citadas, não adquiriram tais patologias ou dificuldades, podendo ter conquistado ao longo da carreira uma experiência profissional e pessoal, ou pelas características individuais, que possibilitam a prática de habilidades sociais, manejo de emoções, resiliência e domínio das situações e atividades profissionais vivenciadas.

Conclui-se, dessa forma, que as dificuldades verificadas nos resultados da avaliação possuem grande probabilidade de terem sido adquiridas ao longo do desempenho das atividades dos profissionais, visto que, quando ingressam na instituição, os sujeitos participam de testagem psicológica, a qual não pode indicar nenhum déficit psicológico ou emocional (DE LIZ, 2014).

Assim, indica-se aos profissionais um acompanhamento psicossocial para que consigam lidar melhor com suas emoções e sentimentos e canalizar, de certa forma, as tensões adquiridas no ambiente de trabalho, melhorando, desse modo, sua qualidade de vida. Sugerem-se, também, novas pesquisas na área, no intuito de identificar se há mais fatores deficitários relacionados ao trabalho do policial e os possíveis motivos de serem desenvolvidos. Nesse sentido, indica-se a realização de pesquisas com policiais recém-incluídos na instituição, para comparar resultados mais precisos em relação ao tempo de serviço. E, igualmente, sugere-se a realização de pesquisas com a utilização de outros instrumentos, como testes mais voltados à área da saúde do trabalhador, a fim de coletar informações mais específicas quanto aos elementos do trabalho.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Joatã Soares Coelho; BENDASSOLLI, Pedro Fernando; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 35, n. 3, p. 459-472, 2017.
- ANDRADE, Edson Ribeiro; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília S. Intervenção visando a autoestima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 275-285, 2009.
- BARBOSA, Valquiria Farias Bezerra et al. O cuidado em saúde mental no Brasil: uma leitura a partir dos dispositivos de biopoder e biopolítica. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 108, p. 178-189, 2016. Disponível em: <[https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource\\_ssm\\_path=/media/assets/sdeb/v40n108/0103-1104-sdeb-40-108-00178.pdf](https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/sdeb/v40n108/0103-1104-sdeb-40-108-00178.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Paris: Capa de Edições, 1977.
- BERNARDO, Valdeni Manoel et al. Atividade física e qualidade de sono em policiais militares. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 131-137, jun. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-32892018000200131&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892018000200131&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de procedimentos para serviço da saúde: doenças relacionadas ao trabalho**. Série A - Normas e Manuais Técnicos, n. 114. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.
- CALAZANS, Márcia Esteves de. Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 26, p. 206-211, 2010.
- CAMPOS, Eugênio P. Suporte social e família. In: MELLO FILHO, Julio de (Org.). **Doença e família**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 141-161.
- CASTRO, Maria Cristina d'Avila de; CRUZ, Roberto Moraes. Prevalência de transtornos mentais e percepção de suporte familiar em policiais civis. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, p. 271-289, jun. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141498932015000200271&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141498932015000200271&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- COELHO-ALVES, Joatã Soares; BENDASSOLLI, Pedro Fernando; GUEDES-GONDIM, Sônia Maria. Trabalho emocional e burnout: um estudo com policiais militares. **Av. Psicol. Latinoam.**, Bogotá, v. 35, n. 3, p. 459-472, dez. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S179447242017000300459&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S179447242017000300459&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 ago. 2018.
- COSTA, Adriana da Câmara; ESTEVAM, Ionara Dantas. **Depressão em policiais militares: uma possível decorrência das atividades laborais**. 2014. Disponível em: <<https://psicologado.com.br/atualizacao/psicologia-da-saude/depressao-em-policiais-militares-uma-possivel-decorrenca-das-atividades-laborais>>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- DE LIZ, Carla Maria et al. Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. **Revista Cubana de Medicina Militar**, Ciudad de la Habana, v. 43, n. 4, p. 467-480, dic. 2014. Disponível em: <[http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S013865572014000400007&lng=es&nrm=iso](http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S013865572014000400007&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- ESTEVEZ, João Victor Del Conti et al. Caracterização da condição física e fatores de risco cardiovascular de policiais militares rodoviários. **Rev. And Med Deporte**, Sevilla, v. 7, n. 2, p. 66-71, jun. 2014. Disponível em: <[http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S188875462014000200005&lng=es&nrm=iso](http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S188875462014000200005&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 17 ago. 2018.



- FERREIRA, Thayane Pereira da Silva et al. Produção do cuidado em Saúde Mental: desafios para além dos muros institucionais. **Interface**, São Paulo, v. 21, n. 61, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141432832017000200373&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832017000200373&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Polícia Militar**. Disponível em: <<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1331>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. **Polícia Militar. 2018**. Disponível em: <<https://www.pm.to.gov.br/servicos/policiamento/com-radio-patrolha/>>. Acesso em: 17 ago. 2018.
- GUEDES, Ariane da Cruz et al. A mudança nas práticas em saúde mental e a desinstitucionalização: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Pelotas, v. 12, n. 3, p. 547-553, 2010. Disponível em: <<http://www.fen.ufg.br/revista/v12/n3/pdf/v12n3a19.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- GUEST, Kristi Carter; BIASINI, Fred J. Middle childhood, poverty, and adjustment: Does social support have an impact? **Psychology in the School**, v. 38, i. 6, p. 549-560, 2001.
- HUTZ, Claudio S.; NUNES, Carlos Henrique S. S. **Escala Fatorial de Ajustamento Emocional/Neuroticismo**: EFN. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.
- IBGE. **Dicionário Demográfico Multilíngue**. Rio de Janeiro: IBGE, 1969.
- LIMA, Fabíola Polo de; BLANK, Vera Lúcia Guimarães; MENEGON, Fabricio Augusto. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Florianópolis, v. 3, n. 35, p. 824-840, 2015.
- LOPES, Emanuel Bruno; BRASIL, Glaucéria Mota. Mulheres na polícia: demarcação dos espaços de comando e relações assimétricas de poder. In: **Fazendo gênero – diásporas, diversidades, deslocamentos**. Florianópolis, 2010. p. 1-9.
- MINAYO, Maria Cecília de *Souza*; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, 2007.
- MOREIRA, Rosemeri. A participação de mulheres na construção da “Polícia Feminina” no Brasil - 1940/1950. In: JORNADA CINIG DE ESTUDIOS DE GÉNERO Y FEMINISMOS, 2009, La Plata. **Anais...** La Plata, 2009.
- PASQUALI, Luiz et al. **QSG**: Questionário de Saúde Geral de Goldberg. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- PAULINO, Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lídia Andrade. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v. 2, n. 2, p. 58-77, 2014.
- PINHO, Vanessa Dordron de; FERNANDES, Conceição Santos; FALCONE, Eliane Mary de Oliveira. A influência da idade e da escolaridade sobre a experiência empática de adultos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 1-10, 2011.
- REBOUÇAS, Denise; LEGAY, Letícia Fortes; ABELHA, Lúcia. Satisfação com o trabalho e impacto causado nos profissionais de serviço de saúde mental. **Revista Saúde Pública**, v. 41, n. 2, p. 244-250, 2007.
- RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil. **Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã**. 2010. 93 p. Tese (Doutorado em Administração Pública e de Empresas)–Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

SANTIN, Gisele; KLAFKE, Teresinha Eduardes. A família e o cuidado em saúde mental. **Barbaroi**, n. 34, p. 146-160, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010465782011000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010465782011000100009&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-6578>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SELIGMANN-SILVA, Edith et al. O mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 187-191, 2010.

SILVA, Elisa Alves da; COSTA, Ileno Izídio da. Saúde mental dos trabalhadores em saúde mental: estudo exploratório com os profissionais dos Centros de Atenção Psicossocial de Goiânia/Go. **Psicologia em Revista**, v. 14, n. 1, p. 83-106, 2008.

SILVA, Jacqueline Carvalho da. Manutenção da ordem pública e garantia dos direitos individuais: os desafios da polícia em sociedades democráticas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, p. 78-89, 2011.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102311X2012000700008>>. Acesso em: 10 set. 2017.

SOUZA, Edinilsa Ramos; MINAYO, Maria Cecília de Souza. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 10, n. 4, p. 917-928, 2005.

SPODE, Charlotte Beatriz. **Ofício de Oficial: Trabalho, Subjetividade e Saúde Mental na Polícia Militar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5366/000424905.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 set. 2017.

SVARTMAN, Betty. Crise na clínica na atualidade e transformações. **Vínculo**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 45-51, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180624902011000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180624902011000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 jul. 2018.

VAN GELDEREN, Benjamin Rafaël. At the heart of policing. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–Rotherdam, Netherlands, 2013. Disponível em: <<http://repub.eur.nl/pub/40298>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

VASCONCELOS, Amanda de; FARIA, José Henrique de. Saúde Mental no Trabalho: contradições e limites. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, p. 453-464, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822008000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300016)>. Acesso em: 10 abr. 2018.

VISEU, João Nuno Ribeiro et al. The economic recession and mental health: analysis of the Portuguese situation. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 16, n. 2, p. 174-186, set. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-00862015000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-00862015000200004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 ago. 2018.